OS SIGNIFICADOS DA AMIZADE

ANGELA TORRESAN
Doutoranda em Antropologia / Universidade de Cambridge

O livro de Claudia Barcellos Rezende é uma excelente contribuição para a antropologia da classe média urbana brasileira e inglesa. Ao ponderar sobre os significados da amizade nesses dois contextos, a autora recupera o tema como *locus* privilegiado para a observação de questões fundamentais ao estudo da vida social, como a noção de pessoa, gênero, raça, emoções, hierarquias sociais e individualismo. Depois de conferir-lhe o devido crédito serve-se da amizade precisamente para questionar o fundamento de tais questões. Acrescente-se a essa inovação a intrepidez de fazê-lo comparativamente num momento em que a antropologia tem hesitado em estabelecer confrontos entre diferentes contextos. A proposta de Rezende é clara: usar cada situação como referência crítica para ajudar a desnaturalizar processos culturais da outra, num movimento de justaposição circular que toma emprestado de Marcus e Fischer (: 35). Rezende nos oferece um estudo das representações sobre amizade elaboradas por grupos de pessoas distintas em Londres e no Rio de Janeiro, que é inovador e audaz.

O procedimento de pesquisa e análise do material em Londres e no Rio de Janeiro foi bastante diverso. Conseqüentemente, a autora apresentou as duas partes do livro de forma "relativamente autônoma" (: 35), provocando inicialmente incerteza quanto ao proveito e mesmo a possibilidade de uma análise comparativa. O material inglês foi fruto de condições de pesquisa longa, intensa e solitária, particulares ao doutorado, com um grupo de 17 jovens ingleses de classe média em Londres.[1] Já os dados brasileiros foram gerados a partir de um projeto de pesquisa mais extenso e diversifica-

1 Nessa primeira parte, Rezende reorganiza sucinta e proveitosamente a tese de doutorado que defendeu pela London School of Economics em 1993 (Rezende,1993).

do envolvendo quatro situações diferentes e outros três pesquisadores bolsistas ligados à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde Claudia Rezende leciona. Rezende pesquisou um grupo de brasileiros entre 45 e 50 anos que havia travado amizade no trabalho. Cada um dos bolsistas entrevistou uma rede de amigos jovens (entre 20 e 30 anos), que freqüentava a mesma academia de ginástica na Zona Sul do Rio de Janeiro e um grupo de pessoas jovens e negras de classe média, que tinha amigos brancos e interação entre pessoas de classe e regiões diferentes na festa de forró na feira de São Cristovão. Tal diversidade exigiu que a análise do material brasileiro fosse comparativa sem precisar atravessar fronteiras geográficas. Se por um lado isso dificultou a organização mais concisa desses dados, o que no caso inglês Rezende conseguiu atingir, por outro expôs a variedade, a instabilidade e a complexidade das narrativas culturais observadas. Ironicamente, a própria geração e a exposição do material em ambas situações parece reiterar o contraste metonímico entre uma suposta formalidade inglesa e a irreverência brasileira.

As duas partes do livro (*Amizade em Londres* e *Amizade no Rio de Janeiro*) seguem uma estrutura de apresentação semelhante. Os capítulos de abertura exploram as respectivas noções de pessoa, seguidos de capítulos intermediários nos quais a autora contrasta discursos sobre família, relações amorosas, de gênero, e de amizade. Nos capítulos que concluem cada parte, ela discute a relação entre amizade e hierarquias sociais. No capítulo final do livro, Rezende sistematiza comparativamente os dados de forma exemplar e expõe as noções mais amplas de sociedade evocadas em cada contexto. Seu estilo é reflexivo, simples e direto, fornecendo não apenas uma leitura estimulante, mas situando as condições das diferentes pesquisas de campo de modo a esclarecer a inter-relação entre suas preocupações pessoais e intelectuais, o que é geralmente relegado aos bastidores acadêmicos.

A autora confronta elementos fundadores da prática de pesquisa de campo tanto em Londres quanto no Rio de Janeiro. Na Inglaterra, subverteu a relação clássica entre observador(a) e objeto de observação ao abraçar o desafio da inversão metodológica contida na sua posição excepcional de antropóloga brasileira determinada a observar um segmento da classe média inglesa. Além disso, o reduzido número de pessoas com quem trabalhou (: 17) levantava as dúvidas alheias quanto à representatividade do material. Entretanto, Claudia Rezende não estava preocupada em representar uma realidade, mas em fornecer um exemplo particular das representações que certos ingleses faziam da amizade. Já no Brasil, Rezende fugiu dos padrões

da prática antropológica local ao trabalhar com um tema considerado de pouca importância num país com tantos problemas sociais. Há mais, cerca de três quartos do material que utilizou foram colhidos por estudantes, produzindo uma base etnográfica menos participatória, mais indireta e fortemente apoiada em entrevistas. Mesmo que não o faça explicitamente, Rezende desafia a posição da antropóloga como uma participante que observa o objeto estudado objetivamente, negando assim uma divisão clara entre análise científica e impressões. O trabalho de Rezende acede à hipótese que a antropologia cria, como qualquer outra forma de produção de conhecimento, visões tão parciais quanto as dos nossos informantes (Strathern, 1991; Harvey, 1996).

Na introdução ao livro, *A construção de um olhar*, além de prover uma revisão meticulosa de estudos anteriores sobre a amizade, Rezende explica que à motivação intelectual de elaborar sua tese de doutorado sobre um tema pouco estudado somava-se um interesse pessoal. Possivelmente, o entendimento dos significados que esses ingleses criavam para amizade levaria a autora ao desvendamento do estereótipo da "reserva inglesa" e conseqüentemente a uma forma de estabelecer, ela mesma, amizade com eles. Mas ao final da sua pesquisa, Rezende acaba por desconstruir a aparente lógica desse encadeamento. Identificara a "reserva inglesa" como relativa não apenas a uma imagem generalizadora dos ingleses cujos efeitos pudessem ser desatados analiticamente. Mas antes, profundamente ligada a uma série de valores e práticas fundadas na relação complexa entre individualismo e origem de classe que paradoxalmente atrelava a noção de liberdade de escolha, tão cara a esse individualismo, a questões mais estruturais como criação familiar, posição social, gênero e raça.

Rezende recolheu do seu material de pesquisa em Londres uma noção crucial para a análise daquela relação; a do "*self* (pessoa) verdadeiro" (capítulo 2: *A aceitação do amigo*). O que parecia estar em jogo na narrativa dos informantes ingleses sobre suas amizades era um processo um tanto impreciso de preservação e revelação de um *self* que é dividido em facetas públicas, mais polidas e formais, e privadas, em que se poderia achar o *self* verdadeiro e mais espontâneo. Relações de amizade fariam parte desse âmbito privado e implicariam na revelação desse aspecto verdadeiro da pessoa. Em termos ideais, os amigos seriam as pessoas com as quais se podia ser autêntico, *be yourself with*, sem que isso acarretasse invasão dos limites pessoais de cada um. A exposição do *self* e a preservação da individualidade/privacidade gerava uma tensão constante que não se restringia apenas às

amizades, alastrando-se às relações amorosas e entre pais e filhos, como Rezende mostra nos capítulos 3 e 4. A tentativa de manter um equilíbrio mesmo que tênue residia na idéia da semelhança entre as pessoas que se relacionam. Para que o *self* verdadeiro pudesse ser reciprocamente revelado e aceito sem receios de julgamentos, rejeições, ou invasões do espaço pessoal, os amigos escolhidos deveriam, preferencialmente, partilhar de visões de mundo e gostos procedentes de uma educação semelhante; de uma origem de classe comuns.

Em casos nos quais havia amizade entre pessoas vindas de classes diferentes, Rezende aponta mais uma vez de forma clara para a contradição entre a autonomia pessoal e a origem social no discurso dos ingleses. Ter um amigo ou companheiro da classe trabalhadora denotava a rejeição voluntária e crítica de certos valores da classe média, mesmo quando não era possível ou desejável libertar-se totalmente desse *status*. A possibilidade de optar entre se revestir ou não com o *self* polido e versado nos valores sociais e de convívio da classe média continuava a ser prerrogativa dessa camada social e interdita às pessoas da classe trabalhadora, que, em contrapartida, eram tidas como mais espontâneas. Ou seja, a questão da opção pessoal associada à ideologia individualista estava vinculada precisamente aos valores de classe média de controle e reserva do *self* e servia para manter a hierarquia com a qual essas pessoas estabeleciam suas identidades. Esse entendimento não apenas resolvia aquela contradição fundamental, pois era exatamente a origem de classe que conferia poder e legitimidade à escolha; mas também, acrescento, permitia compreender porque as escolhas pessoais no âmbito da classe trabalhadora eram geralmente revestidas de um discurso de ascensão social.

Tendo em vista os riscos envolvidos nesse processo de revelação do *self* verdadeiro, não surpreenderia a dificuldade que uma pesquisadora brasileira estudando temporariamente em Londres, e cuja origem de classe podia ser apenas inferida e imaginada pelos anfitriões ingleses, encontrou em fazer amigos entre seus informantes. Rezende não pôde refugiar-se dos estereótipos que freqüentemente informam a imagem construída sobre estrangeiros. A maneira tímida e até reservada da autora contrariava as expectativas que os ingleses em causa faziam da extroversão brasileira, o que os levava a duvidar da sua disposição em revelar seu *self* verdadeiro a eles. Além de não compartilhar do senso de humor inglês que servia como um dos parâmetros usados pelas pessoas para identificar as respectivas visões de mundo e, conseqüentemente, as afinidades mútuas. São esses (mal)-entendimentos que

produzem o famigerado choque cultural experimentado por estrangeiros, conduzindo-os a questionar a lógica das suas próprias práticas e a perceber, como fazem os antropólogos, o aspecto fabricado as diferenças culturais. As descobertas antropológicas de Rezende parecem ter-se confundido àquelas próprias de seu processo migratório em Londres e ela começou a perguntar se nós brasileiros "seríamos assim tão espontâneos e festivos?" (: 16). Ao contrário de, por exemplo, Roberto DaMatta, cuja trajetória acadêmica no estrangeiro parece ter-lhe servido para reiterar essencialismos nacionais nas suas análises sobre "o Brasil", Rezende vai em busca do processo pelo qual o conceito de identidade brasileira é incansavelmente atrelado a certos adjetivos essencializadores.

Rezende voltou ao Brasil com o interesse em questionar qual seria a influência da noção de classe na linguagem da amizade ligada à imagem de povo extrovertido, alegre e de fáceis amigos freqüentemente (auto) receitada aos brasileiros. A autora indica que aqui o paradoxo estrutural seria outro. A tensão residiria numa noção de amizade que no imaginário brasileiro pertence ao idioma da cordialidade nacional com pretensões a dissipar fronteiras entre público e privado e a dissimular desigualdades sociais e que, por outro lado, consiste numa forma de "construir e reforçar [essas mesmas] hierarquias sociais" (: 17). Em poucas palavras, a autora mostra no decorrer do livro que em ambas situações as narrativas sobre amizade revelavam processos semelhantes, ainda que culturalmente específicos, de criação de alteridades, constrastes, hierarquias e conseqüentemente identidades nacionais, sociais e pessoais.

Mas antes de tocar nessas questões sociais mais amplas, deixe-me passar em vista a noção de pessoa que a equipe de pesquisa resgatou das narrativas brasileiras e com a qual a autora estabelece o seu viés comparativo (capítulo 5: *A prova do amigo*). No caso brasileiro a construção da pessoa mostrou-se ser "profundamente" diferente do *self* inglês multifacetado. Marco o termo "profundamente" porque em lugar da idéia de que as pessoas dispõem de aspectos falsos e verdadeiros, relativos a espaços públicos e privados, operando situacionalmente conforme, acrescento, a noção de máscaras sociais de Golfman, a pessoa no discurso brasileiro teria supostamente uma só faceta constituída por porções superficiais e profundas. Essa era uma distinção de grau e não implicava necessariamente a existência conflituosa de lados mais ou menos verdadeidos do *self*. As camadas superficiais de uma pessoa apenas revelavam em grau menor o que havia por dentro. A falsidade era considerada apenas em casos nos quais houvesse

uma contradição entre essa camada superficial e a mais profunda, o que iria de encontro a certos preceitos morais. Uma relação de amizade superficial poderia ou não evoluir numa amizade verdadeira, mas para isso deveria passar por fases de "abertura" da intimidade e de confiança mútuas. Como tanto a intimidade quanto a confiança eram elementos incertos, já que as pessoas mudam e a confiança deveria ser continuamente renovada por meio de provas de amizade, o valor maior parecia residir não numa essência verdadeira do ser, mas na autenticidade das boas intenções quanto à relação e ao amigo, injetando assim, um conteúdo moral à relação de amizade. Ou seja, enquanto as narrativas de amizade dos ingleses privilegiavam a revelação do próprio *self* verdadeiro e o cuidado com a manutenção dos limites pessoais, no discurso dos brasileiros a ênfase era colocada na própria relação e no cuidado com o outro.

Questões relacionadas à raça, gênero, família, e classe eram vistas diferencialmente não apenas entre brasileiros e ingleses, mas também entre os brasileiros mais jovens e mais velhos. Sumariamente, para os ingleses estudados a noção de raça não configurava no discurso sobre amizade. Simplesmente não estava presente. Já o problema do gênero, apesar de não influenciar nas escolhas da amizade, era amplamente debatido como um elemento cuja força essencializadora devia ser evitada em favor da identidade individual (capítulo 3: *Os dilemas do gênero*). A família para os ingleses era distinta das amizades devido à obrigatoriedade da relação e à influência abrangente da origem familiar e de classe na constituição da individualidade (capítulo 4: *As marcas indeléveis da classe*).

Ainda que a diferença de raça fosse discutida no discurso dos brasileiros estudados, só apresentava problema para o estabelecimento de relações de amizade quando era atrelada a distinções sociais e econômicas. O gênero também não figurava como problema para a amizade nesses discursos, mas por motivo diferente daquele encontrado no material inglês, uma vez que era considerado como parte dada e essencial da pessoa. Entretanto, os entrevistados mais velhos enfatizavam diferenças das relações de amizade com mulheres e com homens, com quem podiam explorar mais ou menos seus aspectos emotivos (capítulo 6: *Namorados e parentes amigos*).

É no âmbito da família que Rezende encontrou maiores contrastes entre as gerações brasileiras (capítulo 6). Os entrevistados brasileiros mais velhos marcavam maior distinção entre as relações com pais e irmãos e as amizades. Para eles, o parentesco era associado a hierarquias estruturais e constrangimentos sociais que não deveriam existir na amizade. Isso não

negava o afeto entre familiares, mas mostrava a dificuldade em estabelecerem com eles uma relação de abertura, de intimidade, e de confiança imprescindíveis à amizade e à expressão de suas individualidades. Entre os mais jovens havia a possibilidade de criarem relações de amizade com os pais, mesmo que esta fosse diferente daquela estabelecida com os amigos. Rezende ressalta que essas visões indicavam diferenças entre momentos de vida específicos e espelhavam transformações sociais mais amplas que afetaram os valores hierárquicos familiares gerando um modelo de relacionamento familiar mais igualitário. Essas transformações atingiam também a relação dos mais velhos com seus filhos. Se a falta de escolha dificultava a amizade destes com seus pais, ela se diluía na relação com os filhos, com quem procuravam desenvolver uma relação mais igualitária e íntima, orientada não por papéis sociais, mas pela individualidade de cada um.

No caso brasileiro, Rezende mostra que em vez de apresentar uma ameaça ao individualismo como para os ingleses, a amizade íntima "tornava-se um foro expressivo da individualidade" (: 109). Essa idéia de individualidade se construía precisamente na relação com o outro e menos em termos contrastivos do que complementares. Enquanto a questão ontológica da amizade para os ingleses era a de "relacionar-se ou não", para os brasileiros o problema residia em "com quem relacionar-se" (: 154).

O capítulo que fecha a segunda metade do livro (capítulo 7: *Os limites da mistura*) provê o material mais intrigante da situação brasileira. O encontro entre pessoas de classes diferentes no baile de forró da Feira de São Cristóvão, tradicionalmente freqüentada por trabalhadores imigrantes nordestinos, fornece a entrada para a discussão sobre amizade e hierarquia social. Aqui, Rezende procura compreender o paradoxo entre o uso polissêmico da linguagem da amizade, alastrado a domínios que fogem ao âmbito das relações privadas, e as formas de diferenciação presentes nas práticas da amizade. O discurso da amizade suspenderia a distância social e a prática a sustentaria. Rezende busca a resposta dessa aparente contradição na noção de classe média partilhada pelos entrevistados. Ao contrário dos ingleses para quem classe estava ligada à sua formação familiar e à origem social, para os brasileiros a classe média era uma noção relacional e contrastiva que englobava três características principais: os recursos materiais, os valores culturais baseados na instrução, educação e boas maneiras e um código de conduta moral que discernia entre o bem o mal. O discurso geral e a aplicação ampla do termo amigo, ou "ter amizade por," que poderia

abranger a empregada doméstica, o porteiro, o nordestino do forró, o flanelinha, etc.. encerrava justamente essa moralidade. Em suas palavras

> [a] linguagem da amizade prescrevia, por onde perpassasse, um tratamento de "consideração" e carinho baseado antes numa disposição moral para o bem [e para reconhecer a humanidade dos outros] do que numa crença na igualdade de direito para todos (: 151).

"Ter amizade", "ter afeto por", podia, então, abranger as mais diversas pessoas nas situações mais variadas, assim como podia mudar de feitio conforme as condições que se apresentavam. Isso era diferente da noção "ser amigo de", já que, na prática, o grupo de amigos mais próximos das pessoas entrevistadas era relativamente homogêneo e partilhava de visões de mundo associadas à sua condição social, econômica e cultural de classe média.

Em meio a um material complexo e variado e lidando com situações que implicavam articulações muitas vezes contraditórias da noção de amizade, Rezende mostra que parecia haver uma luta entre o bem e o mal. Entre a manutenção das distinções hierárquicas que afirmam as identidades pessoais e de classe, e a tentativa de abrandá-las por meio de um discurso de cordialidade no qual a identidade nacional se manifesta e com o qual as pessoas procuravam tornar a convivência num país que bate recordes de desigualdade mais suportável. Mas é precisamente no momento de analisar a relação entre essa forma de construir distinções/semelhanças próprias do discurso da amizade e a situação econômica e política brasileira mais abrangente que Rezende perde um pouco o fôlego.

Da mesma forma, uma das intenções anunciadas na Introdução, a de não "reduzir a discussão ao nível das chamadas dinâmicas 'microssociais'" (: 27), perde também parte de sua força. Ao procurar escapar à dualidade micro/macro pela articulação entre narrativas pessoais e ideologias nacionais (individualismo e holismo), Rezende esquece de incluir a relação entre subjetividade e economia política que se informam e constituem mutuamente.

Um dos problemas dessa lacuna pode ser percebido, por exemplo, na comparação que a autora faz entre o papel estabilizador que a amizade apresentava aos jovens ingleses num momento em que viviam situações bastante instáveis e a fluidez da noção da amizade para os brasileiros que "caracterizavam-se pela maior estabilidade em suas vidas" (: 91). A maioria dos ingleses com quem trabalhou vinha de outras partes da Inglaterra para tentar a vida em Londres e

mudava constantemente de casa, trabalho e parceiros. Essa associação estreita entre origem de classe e amizade, Rezende afirma, servia também como uma "âncora num tempo e espaço fluidos" da condição de modernidade para qual Londres seria o *locus* exemplar (: 89). Quanto aos brasileiros, os mais jovens moravam com um dos pais e não tinham planos de sair, todos estudavam e alguns estagiavam. Os mais velhos trabalhavam na mesma empresa há mais de 20 anos. Restaria perguntar o quanto as diversas crises econômicas e políticas no Brasil das últimas décadas do século passado influenciaram nessa "estabilidade", especialmente no caso dos entrevistados mais jovens que entre 20 e 30 anos ainda moravam com os pais. Caso tivessem recurso alguns deles não teriam ido morar sozinhos? Talvez, por terem esse lado da expressão de suas individualidades não realizado, nem mesmo como tema de discussão, a relação dos jovens brasileiros com os pais com quem deveriam coabitar até mais tarde exigisse um elemento de intimidade e abertura que seria associado à amizade. Da mesma forma, a instabilidade dos ingleses poderia ser associada não apenas à fluidez da modernidade londrina, mas também à relativa estabilidade econômica e política do país no qual dispõem dos recursos materiais para se mudarem de cidade, de local de trabalho, e de moradia até que pudessem estabelecer-se, ou não, mais definitivamente em alguma situação.

Uma das questões que Claudia Rezende recupera de forma brilhante na sua análise detalhada das narrativas brasileiras é justamente a eficácia do paradoxo entre a amabilidade geral e as distinções sociais, conscientemente resolvido pelo discurso moral da classe média. A meu ver, este parece ser um discurso de superioridade moral, que demanda a posse de certos recursos materiais e culturais próprios dessa classe média, interditado até mesmo aos novos ricos, como afirma uma das entrevistadas brasileiras, pois há "pessoas com dinheiro que têm até cultura, mas são grosseiras" (: 136). Um dos efeitos das diversas "crises brasileiras" (categoria que reconhecidamente também requer definição) mais difundidos pela imprensa nacional foi o constante receio que essa classe média viesse a desaparecer, gerando uma crise da sua própria identidade (*Época,* 03-06-2002). Qual teria sido a relação entre esse estado e noção de crise e um discurso de valores morais que procura guardar as fronteiras de uma camada social que se sente ameaçada? Nesse sentido, a amizade seria tanto um conjunto de práticas hierarquizantes quanto uma linguagem que reconhece a humanidade dos que se encontram fora daquela fronteira de forma a não isolar a classe média no seu próprio país, transformando os outros, como afirma a autora, em inimigos.

Minha segunda crítica refere-se ao fato da discussão das "questões sociais mais amplas" (: 154), proposta pela autora, circunscrever-se à identificação de noções de sociedade particulares a cada contexto. De fato, Rezende coloca em cheque a dicotomia entre os modelos do individualismo próprio à modernidade ocidental, e conseqüentemente inglesa, e da hierarquia, constituidora da suposta plasticidade brasileira. Ao entender tais modelos como tipos ideais weberianos, ela argumenta que tanto no caso inglês quanto no brasileiro o que existe é uma articulação distinta dos elementos das duas lógicas. Esse entendimento nos livra do "dilema brasileiro" da convivência conflituosa dessas lógicas sociais, mas acaba por atribuir a elas o *status* de modelos culturais estáveis com elementos passíveis de comparação e combinação, e não de construções ideológicas parciais frutos da produção intelectual ocidental e envolvidas na mesma teia de relações de poder. Relativizar o individualismo inglês e o holismo brasileiro como faz Rezende, questiona efetivamente a estabilidade de outras polaridades com as quais se poderia facilmente distinguir as duas dimensões sociais, tais como público e privado. Mas buscar um modelo de sociedade, mesmo que misturado, retoma a crença na estabilidade das entidades sociais que pode acarretar no risco de naturalizar as fronteiras das identidades nacionais. Outro risco é o de perder de vista as relações de poder, tão presentes no material apresentado, que operam dentro e entre essas fronteiras nacionais.

Uma interpretação alternativa poderia perceber que as estratégias da produção intelectual ocidental de purificação e classificação racional (Latour, 1993) geraram descontinuidades e excessos que alguns autores denominaram de híbridos (Bhabha, 1994). Um dos efeitos políticos dessas formas híbridas é de mostrar como, na conexão entre as categorias e classificações passadas (como individualismo e holismo) e as narrativas culturais contemporâneas, aquelas categorias nunca foram essencialmente absolutas (Young, 1995). Dessa forma a contradição entre modernidade e tradição é um efeito do próprio discurso modernizador enunciado pelas instituições dos estados-nação e constituidora de identidades diferenciadas, mas equivalentes. (Harvey, 1996; Gupta and Ferguson, 1992). Atualmente o Reino Unido pode descobrir-se como híbrido. A ironia para o caso brasileiro é que a condição de modernidade ocorreu truncadamente e a noção de cidadania não chegou a cumprir seu ideal quando já havia sido sobreposta, mesmo que temporariamente, pela idéia de indivíduo consumidor. No bojo dessa transformação encontra-se uma classe média diversificada e contrastiva, assumindo práticas

de consumo como meios de criação e manutenção de identidade de classe média moderna, porque escolhe o que consumir, e como estratégia de diferenciação (O'Dougherty, 2002). Em tal contexto, a possibilidade de ter acesso a determinados bens materiais e culturais, não disponíveis à maioria da população, assegura a hierarquia social, mesmo que de forma frágil e contextual. Com tais estratégias de diferenciação, a linguagem da amizade talvez possa adquirir maior margem de expressão e assumir um papel moralizante. Em contextos como o inglês, nos quais a parte da população materialmente identificada como classe média é majoritária em termos numéricos, o valor diferenciador recai sobre a origem familiar, essencializador das hierarquias sociais. O vocabulário da amizade restringe-se à definição da sua dimensão privada.

No Rio de Janeiro, Rezende demonstra que a amizade não anula efetivamente as diferenças sociais. São estas que por sua vez devem ser revestidas de um discurso afetuoso. O que se parece observar é uma falta de coesão nas fronteiras entre o público e o privado, que poderia ser interpretada, mais um vez, como um estorvo à realização da modernidade no Brasil já que ali a vida pública seria regida por normas de amizade e não por regras democráticas igualitárias. Mas Rezende indica que, antes de negar a oposição entre público e privado, o discurso da amizade exerce uma função pública, bem clara e em concordância com sua prática na vida privada, a de negociar as diferenças por um lado e reforçá-las por outro. Parece-me, então, que a fronteira entre público e privado, mesmo que fluida e distinta da prática inglesa, é assim mantida.

O mérito maior do trabalho de Claudia Rezende é o de ter explorado em detalhe e de maneira sensível os processos de produção de significado e de identidade associados às narrativas subjetivas da amizade, emoções, afeto, individualidade, reserva, origem e classe média. Ela nos assegura que o único conhecimento preciso que se pode adquirir dessa análise, e do empreendimento antropológico em geral, é que essas idéias são construções culturais contingentes e como tais são observadas e representadas apenas parcial e contextualmente. Aí também reside a natureza da minha crítica ao seu trabalho. Ao espreitar, não procuro desfazer a sua importância, pois tanto o tema quanto a qualidade de sua análise comparativa têm valor enorme para a antropologia contemporânea. Apenas estendo a possibilidade de outras perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, H. K. 1994. *The location of culture*. London: Routledge.

MARCUS, G.; FISCHER, M. 1986. *Anthropology as cultural critique:* an experimental moment in the human sciences. Chicago: Chicago University Press.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. 1992. Beyond Culture: space, identity and the politics of difference. *Cultural anthropology,* 7(1): 6-23.

HARVEY, P. 1996. *Hybrids of modernity:* anthropology, the nation state, and the universal exibition. London: Routledge.

LATOUR, B. 1993. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press.

O'DOUGHERTY, M. 2002. *Consumption intensified:* The politics of middle-class daily life in Brazil. Durham: Duke University Press.

REZENDE, C. B. 1993. *Friendship among some young English men and women residents in London, 1991-1992.* Tese de Doutorado. London School of Economics.

STRATHERN, M. 1991. *Partial connections*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers Inc.

YOUNG, R. 1995. *Colonial Desire: Hybridity in theory, culture and race*. London: Routledge.